

O movimento a favor da infância no Brasil

*Nájela Tavares Ujiie**, *Sandra Regina Gardacho Pietrobon***

Resumo

O presente artigo intenciona abordar aspectos relativos à infância num contexto específico – final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX – realizando algumas considerações. Nesse período houve um movimento a favor da infância, sendo que muitos intelectuais da época buscavam alternativas de proteção à infância abandonada, desprotegida e explorada nas fábricas, no momento de industrialização de São Paulo. Muitas discussões foram fomentadas pelos intelectuais em congressos e eventos promovidos pela ABE (Associação Brasileira de Educação), voltadas à formulação de propostas para melhoria da infância brasileira, já que esta era vista como promessa para o futuro e, para isso, necessitava ser preservada.

Palavras-chave: tendimento à infância: contexto histórico: políticas públicas.

Introdução

No contexto, especificamente no final do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX, ocorreu um movimento a favor da infância, visualizando nesta uma promessa para o futuro. No Brasil, as idéias da Pedagogia Moderna difundiram-se principalmente através de uma vasta literatura e de congressos promovidos principalmente pela ABE (Associação Brasileira de Educação). Vários intelectuais (médicos, educadores, literatos, engenheiros) estavam envolvidos neste movimento.

A idéia principal seria a de *“preservar a infância”*, o que fez com que surgissem vários projetos e propostas tendo a criança como foco principal. Nos anos vinte ocorreu descoberta do Brasil real (inculto, doente, atrasado), foi então que os intelectuais da época partiram em busca de respostas para os problemas que se apresentavam na sociedade, conhecendo o contexto no qual se encontravam, visualizando o nacionalismo e também o conhecimento científico como armas para se transformar tal realidade, devendo preservar a infância – promessa para o futuro. *Esse processo se estende por todo país. “Cuidemos da infância de nossa pátria”* (KUHLMANN JR, 2000, p.477).

Nesse período, o cotidiano vinha transformando-se de forma acelerada devido ao prelúdio do fim da escravidão, ao declínio da monarquia, a república, à industrialização, à urbanização, a presença da força feminina e infantil no mercado de trabalho de forma explorada. Segundo Santos (1999), estima-se que uma terça parte das habitações existentes era composta de cortiços, nos quais pestes e epidemias se alastravam. Os meninos de rua, pequenos *“batedores”* de carteira, eram considerados uma grande ameaça à sociedade, já que não existiam políticas adequadas para uma *“regeneração”* e adequada instrução desses menores, pois grande parte das escolas, internatos que haviam eram destinados aos filhos da elite. Aos menos favorecidos, incluindo-se os filhos dos imigrantes, era reservado o trabalho nas fábricas e oficinas, ou então aprender a *“arte das ruas”*.

Moura (1999) expõe que em 1890 15% do total de mão-de-obra absorvida em estabelecimentos industriais da cidade era composta por crianças, grande parte filhos de imigrantes. Assim, para tais famílias, o “sonho de fazer a América” tornara-se pesadelo, já que muitos viviam quase em condição de escravidão.

A infância, em dado momento histórico, revelava-se como um problema social, cuja solução parecia fundamental para o país. O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Esse ideal era descrito como o de transformar o Brasil numa nação culta, moderna e civilizada.

Como se pode caracterizar a infância?

A obra já clássica de Philippe Ariès (1981) mostra como o conceito de criança tem evoluído através dos séculos, e oscilado entre pólos em que ora a consideram um “bibelot” ou “bichinho de estimação”, ora um “adulto em miniatura”, passível de encargos e abusos como os da negligência, do trabalho precoce e da exploração sexual. Esta indefinição trouxe como consequência, através das gerações, grandes injustiças e graves prejuízos em relação às responsabilidades conjuntas do Estado, da sociedade civil e da família sobre os cuidados de higiene, saúde, nutrição, segurança, acolhimento, lazer e constituição de conhecimentos e valores indispensáveis ao processo de desenvolvimento e socialização das crianças de 0 aos 6 anos.

As idéias de Charlot (2000), por sua vez, auxiliam na compreensão da infância de forma histórica, ideológica e cultural, neste sentido explicita que a dependência da criança em relação ao adulto é fato social e não natural.

Assim, a visão da infância tem se construído social e historicamente. Deste modo, a inserção concreta das crianças e seus papéis variam com as formas de organização da sociedade, no tempo e no espaço. “A infância, mais que estágio, é uma categoria da

história: existe uma história humana porque o homem tem infância” (KRAMER, 2006, p.15).

Desta maneira, a infância é um período vivido por um sujeito real que é a criança. Sujeito este que deve ser considerado como:

... um ser humano, aberto a um mundo que não se reduz ao aqui e agora, portador de desejos movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos; um ser social, que nasce e cresce em uma família (ou em um substituto da família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história, à sua singularidade (CHARLOT, 2000, p. 33).

Considerar o sujeito (criança) como um ser social, é considerar que este se constitui nas relações com os demais membros da sociedade e que não é, portanto, um ser isolado, está inserido num contexto social, histórico, político e econômico.

Admitir tal possibilidade é refletir também sobre a não realização de uma infância plena, que seja direito de todas as crianças brasileiras. Segundo Marchi (2005, p.14), “faz apontar para a impossibilidade de sua existência enquanto conceito universalmente realizável”. A “infância” não atinge todas as crianças. Quanto a esta afirmação não existe grande estranheza, uma vez que desde sempre a compreensão e o tratamento infligido à criança se mostra desigual em detrimento de sua classe, como já pontuamos anteriormente.

Que propostas existiam em relação à infância abandonada no final do século XIX e início do século XX?

No final do século XIX e início do século XX, o movimento a favor da infância pobre no Brasil redundou no desenvolvimento, segundo Rizzini (2006), de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de

inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e assistência à infância. No entanto, este investimento não visava atenuar a profunda desigualdade social que sempre caracterizou o país. Ao contrário, vetou-se aos pobres uma educação de qualidade e o acesso à cidadania plena. Para eles pensou-se e praticou-se uma política de exclusão social e de educação para a submissão, mantendo-se a renda e os privilégios nas mãos de uma minoria até os dias de hoje.

Tal feito é evidenciado por Tozoni-Reis (2002, p.3), uma vez que:

No Brasil, o atendimento educacional às crianças no início da República destinava-se às crianças da classe dominante. Aqui também a industrialização trouxe a exploração do trabalho das mulheres e das crianças, expandindo o número de instituições de atendimento às crianças pobres. Até então, essas instituições, que já existiam no Brasil Colônia, tinham caráter assistencialista e quase sempre eram destinadas ao atendimento de órfãos e desamparados. No início da industrialização já tínhamos uma oposição entre jardins-de-infância e escolas maternais ou creches, com diferentes abordagens quanto às funções dessas instituições: atendimento educacional para as crianças das classes dominantes – principalmente em estabelecimentos públicos – e atendimento assistencialista para as crianças pobres - em estabelecimentos públicos e privados, esses últimos geralmente no interior das fábricas.

Santos (1999) comenta que o menor, em São Paulo, era precocemente iniciado nos trabalhos das fábricas e oficinas, ou então na prática do furto, da prostituição e da mendicância. As fábricas eram lugares ermos, desprovidos de higiene e de condições adequadas para o trabalho, sendo que vários acidentes e mortes ocorriam constantemente; no entanto, muitas autoridades viam na fábrica a solução para que os menores não se envolvessem em atividades ilegais, como se fosse uma “Pedagogia do Trabalho”.

Nesse “mundo do trabalho” em que as crianças se encontravam, a violência estava presente. Muitas crianças eram vítimas de maus tratos por seus patrões ou mestres, sendo este último responsável por iniciar os menores nas atividades produtivas.

As crianças eram castigadas caso fossem vistas brincando durante o horário de trabalho. Embora fossem crianças, não lhes era reservado espaço para vivenciar esta fase que é de descoberta do mundo no qual vivem, pois a estas crianças era reservada apenas a dura e árdua rotina de trabalho. Porém, quando as brincadeiras, as “malcriações” ocorriam, como nos coloca Moura (1999), as mesmas quebravam a rotina de longas horas entre os muros dos estabelecimentos, era como uma “válvula de escape” para as crianças, seres “pequenos” obrigados a realizar tarefas que cabem aos adultos. Além dos castigos que muitas vezes sofriam, às crianças e adolescentes predominava a política de se pagar salários menores, ou então o mesmo era inexistente, pois os donos dos estabelecimentos expunham que o trabalho era como uma oportunidade para o menor de aprender um ofício.

Diante de tais fatos, nota-se que através das propostas e sugestões que eram expostas pelos intelectuais da época, havia uma preocupação em se modificar tal contexto, com o intuito de se preservar as crianças, as quais eram provenientes de um meio que as expunham a situações que não eram condizentes a um possível desenvolvimento sadio e próprio ao período no qual se encontravam.

A mulher era tida como o esteio da família, incumbida de preservar e cuidar de seu filho, a esta destinava-se um discurso no qual se encontravam saberes acerca da infância, dos mais variados matizes (religioso, médico, pedagógico, literário, moral e político), sendo que, como coloca Schmidt (1997), no final da década de 20, a indústria editorial difundiu amplamente a produção de livros que continham tais discursos. Em relação ao discurso médico, o qual teve um grande destaque devido à campanha pela higienização, apresentava-se sob a forma de regras para as mães, tendo os médicos Moncorvo Filho e Renato Kehl como autores de grande expressão nesse momento.

No início do século havia uma discordância entre a posição da Igreja e de alguns médicos em relação à questão da consangüinidade. A posição da Igreja era de que a família não

poderia encontrar em seu seio elementos para a constituição de uma nova família. Mesmo assim, alguns médicos eram favoráveis a essa posição; outros, no entanto, como é o caso do Dr. Moncorvo Filho, defendiam que a causa de muitas anomalias não residia na questão da consangüinidade e, sim, localizavam-se em condições higiênicas. Para ele, a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose eram grandes causadores das anomalias. Foi então que o médico lançou uma propaganda contando com 12 imagens nas quais estavam associadas à questão do álcool e do analfabetismo, o álcool e a criança na escola (motivo do fracasso escolar), e a herança de “monstros” que o mesmo gera. O Dr. Moncorvo Filho foi considerado grande protetor da infância, denunciando também a prática do aborto e do infanticídio, além de ser o fundador do IPAI (Instituto de Proteção e Assistência à Infância), defendendo iniciativas voltadas a assistir e proteger a infância pobre de modo alternativo ao modelo de asilo, como comenta Gondra (2002).

A circulação das idéias sobre a educação das crianças ocorria através de uma vasta literatura e também através da realização de congressos. Kuhlmann Jr (1998) destaca a publicação do livro Histórico da Proteção à Infância no Brasil (1500-1922) do Dr. Moncorvo Filho no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI), realizado conjuntamente com o 3º Congresso Americano da Criança (CAC), realizado no Rio de Janeiro em 1922. Onde diferentes setores da sociedade estiveram presentes, discutindo propostas e idéias sobre a educação das crianças.

A proteção à infância é o motor que a partir do final do século XIX impulsiona em todo o mundo ocidental a criação de uma série de associações e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência – com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; dos seus direitos sociais – com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução – com o reconhecimento de que estas podem ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado, como no espaço público. Nesse processo, distribuem-se competências e atribuições do Estado e da sociedade, delimitam-se os campos

jurídico, médico, assistencial, educacional, assim como se debatem definições legais e normativas. (KUHLMANN JR., 2002, p.464)

Segundo Kuhlmann Jr. (2002), o objetivo do CBPI foi tratar todos os assuntos relacionados à criança, tanto do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, como também em suas relações com a família, à sociedade e o Estado. O autor alerta para a influência do americanismo, a começar pelo próprio nome do Congresso – americano –, além de ter sido instituído neste congresso a comemoração para o Dia da Criança em 12 de outubro, data da chegada de Colombo ao novo continente.

A saúde e a educação entrelaçam-se nas propostas, o que as tornou mutuamente subordinadas, enfatizando-se que a educação seria um “meio prático” a se utilizar para o ensino da higiene, a qual deveria ser ensinada por pessoas idôneas que também praticassem os preceitos ensinados, portanto, a educação das mães, professoras e professores deveriam ser realizadas através de cursos preparatórios voltados aos cuidados com a higiene, como também o ensino da puericultura.

Em outras seções do Congresso, propostas como a construção de mais grupos escolares foram amplamente defendidas, denunciando o “empilhamento” de crianças nas classes, todas respirando o mesmo ar viciado e sem estarem devidamente acomodadas, o que influenciava também, de certa forma, na questão da aprendizagem, não passando de “detentos” nas escolas. Além disso, foram discutidas medidas em relação às crianças deficientes, com a criação de asilos ou estabelecimentos “médico-pedagógicos”, sendo o método Montessori amplamente defendido, principalmente por conciliar aspectos higiênicos e psicológicos para a observação das crianças.

A partir das discussões, vê-se que a questão da infância era tema principal nos congressos, e que as propostas eram direcionadas não apenas às crianças, mas também àqueles que cuidavam delas, não esquecendo que os projetos basearam-se nas modernas teorias

pedagógicas, descobrindo a infância que necessitava ser preservada como sujeito principal da reconstrução do país.

Deste modo, a aliança entre saúde, assistência, justiça e educação vão se dar com base na necessidade de mudança dos modelos de intervenção sobre a população infantil pobre. O discurso adotado pelos reformadores sociais interessados na “salvação da criança” era respaldado em amplo debate internacional sobre o movimento de reforma educacional numa abordagem ampla. Assim, a aliança concebida é um desdobramento do amplo movimento filantrópico moralizador, instituído a partir da lógica da nova ordem política, econômica e social que se estabelecia.

Considerações Transitórias

Embora os intelectuais que participaram dos congressos promovidos pela ABE fossem divergentes em certos aspectos, todos se dedicaram ao mesmo projeto: “o de preparar a infância brasileira para a reconstrução e regeneração do projeto republicano burguês, em crise.” (SCHMIDT, 1997, p. 85). Houve nessa época, portanto, um entusiasmo pela infância e tudo o que dizia respeito à mesma, e nesse projeto de reconstrução do país, tornava-se imprescindível preservá-la, já que a mesma era considerada como promessa para o futuro, devendo ser educada para que pudesse contribuir para a nação... esse foi o pensamento da época.

Entretanto, tais inovações tinham por fim atender a velhos objetivos: transformar em cidadãos úteis, crianças pobres que tendiam a se constituir como pesos mortos para a sociedade. No discurso de proteção à infância estava embutida a proposta de defesa da sociedade - defesa contra a proliferação de vagabundos e criminosos, contra a instauração da indisciplina e da desordem, que não correspondiam ao avanço das relações capitalistas em curso naquele momento.

No Brasil, os traços deste tipo de proposta de educação compensatória, corporificada na defesa da criança e da sociedade,

são claramente perceptíveis a partir dos primeiros anos do século XX, tendo como ponto de partida, de acordo com Rizzini (2006):

...um vasto campo de ação que se descortinava aos profissionais da área jurídica, o tema foi objeto de regulamentação e debate sob a forma de projetos de lei apresentados entre 1906 e 1927, ano em que foi aprovado o Código de Menores, consolidando as Leis de Assistência e Proteção aos menores. Embora o debate ultrapassasse em muito os limites do jurídico, pois abraçou várias outras áreas do conhecimento, a liderança foi nitidamente jurídica. Juristas associaram-se às forças policiais, aos setores políticos, às cruzadas médicas, às associações caritativas e filantrópicas. Promoviam debates, publicavam e estabeleciam alianças em várias arenas: no Congresso Nacional, nas Câmaras dos Deputados, nos jornais, nas sedes das várias Ligas e associações filantrópicas, nas universidades e nos congressos acadêmicos, de âmbito internacional. (p.11).

Rizzini (2006) observa que a infância pobre foi nitidamente criminalizada, o termo menor foi sendo popularizado e incorporado na linguagem comum, para além do círculo jurídico. Não foram encontrados, até o presente momento, discursos contrários a essa tendência ou mesmo qualquer tipo de questionamento a respeito, donde se conclui que a intervenção jurídica era, de um modo geral, muito bem vinda como possível chave para resolver os problemas que a instabilidade do momento impunham.

Vemos, portanto que este movimento em prol da infância não tinha nela seu único foco, mas foi uma tendência que se delineou com base também em outros interesses, como para disciplinar corpos e mentes na relação que liga as formas sociais, política, econômicas e psicológicas, fazendo com que as mudanças de uma influenciem as outras.

Notas

* Nájela Tavares Ujiié é professora do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO, Campus de Irati. Mestranda do Programa de Mestrado em Educação da UEPG, na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. E-mail: najelaujiié@yahoo.com.br

** Sandra Regina Gardacho Pietrobom é professora do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO, Campus de Irati. Mestre em Educação pela PUC-PR. E-mail: spietrobom@yahoo.com.br

Referências

ARIÈS, Philippe.(1981) **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.

CHARLOT, Bernard. (2000) **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

GONDRA, José G. (2002) Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr, Moysés. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez.

KRAMER, Sônia. (2006) A infância e sua singularidade. In: BRASIL/ MEC. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica.

KUHLMANN JR., Moysés. (1998) **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação.

_____ (2000) Educando a Infância Brasileira. In: LOPES, Elaine Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cyntia Greive Veiga. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte - MG: Autêntica.

_____ (2002) A circulação das idéias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN Jr, Moysés. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez.

MARCHI, Rita de Cássia. (2005) **A Teoria Social Contemporânea e a Emergência da “Sociologia da Infância” na 2ª Modernidade: alguns aspectos teórico-políticos.** In: Revista ZEROASEIS. n° 11, jan/jun. <http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/sumario11.html>

MOURA, Esmeralda B. Bolsanaro de. (1999) In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto.

RIZZINI, Irene. (2006) Reflexões sobre pesquisa histórica com base em idéias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: **Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social.** <http://www.proceedings.scielo.br>

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. (1999) Criança e Criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (1997) Preservar, prevenir, preparar: o entusiasmo pela infância no Brasil. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Infância: Sol do Mundo – A Primeira Conferência Nacional de Educação e a Construção da Infância Brasileira.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná: Curitiba.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. (2002) **Infância, escola e pobreza: ficção e realidade.** Campinas, SP: Autores Associados.

Abstract

The present article intends to approach relative aspects about the childhood in a specific context – the ending of the XIX century and the first three decades of the XX century – doing some considerations about this. In that period there was a movement in favor to the childhood and many intellectuals from that time looked alternatives to protected the abandoned, failed and explored childhood in factories in the moment of São Paulo's industrialization. The lot of discussions were fomented for the intellectuals in Congress and events promoted by ABE (Brazilian Association of Education), they were gone back to the formulation of proposals to improvement the brazilian childhood, since this was seen as a promise for the future and for this, the childhood needed to be preserved.

Keywords: childhood attending; historical context; public politics.

